



Termo de Referência nº 003/DAPE/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 003/DAPE/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA ATUARIAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA APOIO À GESTÃO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADOS PELA NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. E SUBSIDIÁRIA.

Processo Administrativo nº SEDE-ADM-2025/01281

Página 1 de 72



Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>

SIGA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços especializados de assessoria atuarial e econômico-financeira para apoio à gestão de planos de benefícios de previdência complementar patrocinados pela NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. e subsidiária, em conformidade com a legislação aplicável, em atendimento à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, à Resolução CGPAR/ME nº 38, de 4 de agosto de 2022, à Resolução CGPAR/ME nº 37, de 4 de agosto de 2022 e à Resolução CGPAR/ME nº 52, de 17 de abril de 2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO ÚNICO		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. DE MEDIDA
1	Serviço de assessoria para elaboração de Relatório Anual de Gestão do Patrocínio, conforme detalhamento nos itens 11.2 e 11.3 deste Termo de Referência	Relatório
2	Serviço especializado de assessoria para avaliação de impactos da política de gestão de pessoas e acordos coletivos de trabalho e para manifestação anual sobre o risco da empresa com a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho, conforme item 11.4 deste Termo de Referência	Relatório
3	Serviço especializado de assessoria para elaboração de Pareceres atuariais referentes à Gestão do Patrocínio sobre assuntos que poderão impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar, conforme item 11.5 deste Termo de Referência	Parecer



2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência tem como justificativa atender às demandas contidas na Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e na Resolução CGPAR/ME nº 38, de 4 de agosto de 2022, que exigem das empresas estatais a supervisão e fiscalização das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar — EFPC por elas patrocinadas, incluindo o estabelecido na Resolução CGPAR/ME nº 37, de 4 de agosto de 2022.

2.2. Em atendimento às mencionadas normas, compete à NAV Brasil a supervisão da atividade da EFPC, formalizada por meio do relatório anual de gestão do patrocínio, podendo valer-se da contratação de terceiro para assessorar a Empresa em sua elaboração, como corrobora o Guia de Esclarecimentos da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, atualizado em 18 de abril de 2022.

2.3. O presente Termo de Referência também se fundamenta na Resolução CGPAR nº 52, de 17 de abril de 2024, que estabelece diretrizes aplicáveis às empresas estatais federais para a elaboração de sua política de gestão de pessoas e para a concessão de benefícios a seus empregados por meio de acordos coletivos de trabalho.

2.4. A necessidade de contratação de empresa para prestação dos serviços se dá pelo fato de a NAV Brasil não dispor atualmente de profissionais com a especialização técnica exigida para o atendimento das demandas contidas nas normas citadas anteriormente, o que justifica a demanda de assessoria de empresa com conhecimento específico.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de prestação de serviço comum, de caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem fornecimento de material.

3.2. Por se tratar de serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade cujas características podem ser objetivamente definidas em edital por meio de especificações usuais no mercado, a contratação se dará por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, na forma do art. 32, IV da Lei 13.303/2016.

3.3. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os prepostos da Contratada e a NAV Brasil, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento é o de menor preço global do grupo composto pelos itens de 1 a 3 do objeto da contratação, descritos no item 1.1 deste Termo de Referência.

4.1.1. Embora o regime de execução seja o de empreitada por preços unitários, definiu-se como critério de julgamento o menor preço global por se tratar de solução que assegura a economicidade do conjunto da contratação e evita distorções decorrentes de eventuais desequilíbrios entre preços unitários.

4.1.2. Para preservar a aderência ao regime de execução, fixam-se os critérios de aceitabilidade de custos unitários, com limites máximos baseados no orçamento de referência, como meio de garantir o controle individual dos itens e a razoabilidade dos valores, de modo a harmonizar a objetividade e transparência do julgamento com a exequibilidade e sustentabilidade contratual.

4.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

4.3. A oferta deverá ser clara e objetiva, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

4.4. Não será aceita proposta que apresentar preço unitário do produto superior ao cotado pela NAV Brasil na fase de planejamento.

4.5. Os preços unitários máximos que a NAV Brasil admite pagar para a execução do objeto da contratação são os definidos em seu orçamento de referência, sob pena de desclassificação da proposta.

4.6. Não será aceita proposta com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos.

4.7. Havendo indícios de que os preços ofertados são incompatíveis com os preços de mercado, será oportunizado à licitante a comprovação da exequibilidade dos preços propostos.

4.8. O procedimento licitatório, no que diz respeito aos modos de disputa, será definido pela área de compras e contratos e detalhado no edital, conforme previsto no art. 49 do Regimento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil.



5. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. Não haverá parcelamento para o objeto em função da sua natureza e especificidade, tendo em vista que envolve a análise integrada de fatores interdependentes entre si, relacionados a cálculos atuariais, gestão de investimentos, processos de concessão de benefícios, solvência e liquidez dos planos, dentre outros aspectos, demandando avaliação de forma conjunta para garantir a eficácia, a precisão e a coerência dos resultados. A complexidade das análises exige visão unificada e integrada, que seria comprometida pelo parcelamento do objeto.

6. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão prestados remotamente para a Administração Central da NAV Brasil, localizada no endereço indicado a seguir, com observância das condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato:

6.1.1. NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A. Endereço: Avenida General Justo, nº 160 - Rio de Janeiro/RJ, Centro - CEP 20.021-130.

6.2. Eventualmente a NAV Brasil poderá solicitar a presença do responsável da contratada para tratar de questões pontuais, como participar de reuniões e realizar apresentações presenciais, conforme descrito no item 10 deste Termo de Referência.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses a contar de sua celebração, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, caso haja interesse das partes, limitada sua duração a 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O prazo de execução iniciará a contar da data indicada na Ordem de Serviço (OS), sendo observado e respeitado o prazo limite da vigência contratual.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A proposta deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo:

9.1.1. Os preços unitários por item e o valor global da proposta;

9.1.2. Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;



9.1.3. Declaração de que, nos preços cotados, estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, que incidam direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços;

9.1.4. Declaração de que a apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o compromisso de executar os serviços nos seus termos; e

9.1.5. Declaração de total conhecimento e aceitação dos termos deste Termo de Referência e seus Anexos.

9.2. As propostas deverão considerar a elaboração de 3 (três) Relatórios Anuais de Gestão do Patrocínio; 1 (um) Relatório do impacto de propostas de Políticas de Gestão de Pessoas e Acordos Coletivos de Trabalho sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar que a empresa patrocina; 3 (três) Relatórios sobre a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho, principalmente quanto ao impacto sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar e o impacto no pós-emprego dos planos de previdência complementar patrocinado e do plano de saúde; e 6 (seis) pareceres atuariais referentes a Gestão do Patrocínio sobre assuntos que poderão impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar ao longo do período de 36 (trinta e seis) meses, conforme previsto neste Termo de Referência.

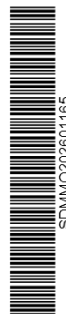
10. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A reunião de início do contrato ocorrerá em data a ser acordada entre as partes, após a assinatura do instrumento contratual, devendo as partes definir, por ocasião da reunião de início, a data de entrega (i) do Plano de Trabalho e do Cronograma, que valerão para toda a vigência contratual, (ii) da apresentação da equipe técnica que executará os serviços e (iii) da metodologia para os cálculos que serão realizados.

10.2. Caberá à Contratante convocar a Contratada para a reunião preliminar informando-a sobre o dia e horário definidos bem como se a reunião será presencial ou de forma remota.

10.3. Na reunião preliminar mencionada no item 10.1:

10.3.1. A Contratante esclarecerá à Contratada todas as dúvidas relativas à execução do objeto;



10.3.2. A Contratada apresentará a equipe designada, observadas as exigências do item 25.4, deste Termo de Referência;

10.3.3. A Contratada apresentará uma relação contendo a identificação dos profissionais alocados na execução dos serviços, indicando a função a ser exercida; e

10.3.4. A Contratada apresentará os termos de confidencialidade e sigilo assinados pelos profissionais designados para a prestação dos serviços, observada a minuta de Termo de Confidencialidade e Sigilo anexa a este Termo de Referência.

10.4. Realizada a reunião preliminar, a Contratante emitirá a Ordem de Serviço para início da execução do objeto do contrato.

10.5. A Contratada deverá executar os serviços e apresentar os relatórios à área requisitante, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários à compreensão e ao entendimento da NAV Brasil quanto aos trabalhos realizados.

10.6. Os pedidos de documentos e informações deverão ser formalizados ao Infraprev por intermédio da Coordenação de Previdência Complementar.

10.7. Durante a execução dos trabalhos, a Contratante poderá solicitar esclarecimentos complementares e alterações aos relatórios entregues e aos serviços prestados pela Contratada, sempre que necessário, sem ônus adicional.

10.8. A Contratada, mediante demanda da Contratante, poderá realizar reuniões presenciais ou virtuais, por meio da plataforma digital que melhor atenda às necessidades da NAV Brasil, para prestar informações, exposições e esclarecimentos necessários à compreensão e ao entendimento dos relatórios e trabalhos realizados.

10.9. A Contratada deverá, se assim requerido pela Contratante, apresentar os Relatórios ao Comitê de Auditoria, à Diretoria Administrativa, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

10.9.1. As atividades previstas neste item integram o escopo contratual e não ensejarão ônus adicional para a Contratante.

11. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



11.1. A prestação dos serviços abrangerá a elaboração de relatórios em conformidade com a legislação aplicável, em atendimento à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, à Resolução CGPAR/ME nº 38, de 4 de agosto de 2022, à Resolução CGPAR/ME nº 37, de 4 de agosto de 2022 e à Resolução CGPAR/ME nº 52, de 17 de abril de 2024.

11.2. A elaboração de **Relatórios de Gestão do Patrocínio** de planos de benefícios previdenciários patrocinados pela NAV Brasil e subsidiária, considerando os incisos I a X do art. 4º da Resolução CGPAR/ME nº 38/2022, compreende, mas não se limita, aos seguintes itens:

11.2.1. Aderência dos cálculos atuariais;

11.2.2. Gestão dos investimentos;

11.2.3. Solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos;

11.2.4. Gastos da empresa com plano de previdência, discriminando o valor médio dos benefícios concedidos e o gasto médio da patrocinadora tanto por participante ativo, como por assistido;

11.2.5. Despesas administrativas, a fim de avaliar a economicidade de manutenção do patrocínio do plano de benefícios na entidade fechada de previdência complementar que o administra;

11.2.6. Situação dos planos de equacionamento de déficit em curso, se houver, destacando os valores pagos pela empresa no período, o valor a integralizar e o prazo remanescente

11.2.7. Situação da utilização da reserva especial em curso, se houver, destacando os valores alocados em reserva especial e o prazo remanescente da sua destinação;

11.2.8. Gerenciamento dos riscos;

11.2.9. Efetividade dos controles internos;

11.2.10. O acompanhamento do plano de ação referente às fragilidades encontradas no Relatório de Auditoria Periódica sobre as atividades do Infraprev;

11.3. Do detalhamento dos itens dos **Relatórios de Gestão do Patrocínio**:

11.3.1. Com relação à **aderência dos cálculos atuariais**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão:



11.3.1.1. Avaliar a aderência das premissas atuariais, evidenciando os resultados apurados no parecer final, com relação aos testes estatísticos recomendados pelo mercado de previdência complementar, pelo menos realizando os seguintes testes: Kolmogorov-Smirnov, Qui-quadrado, Viés de Tendência, Testes de Aderência, Teste de hipóteses e Testes Paramétricos;

11.3.1.2. Evidenciar a classificação das tábuas analisadas (ranking), detalhando quais tábuas foram aderentes e as rejeitadas, em relação à massa dos participantes dos planos;

11.3.1.3. Verificar a compatibilidade técnica entre as hipóteses atuariais e o regime financeiro do Infraprev;

11.3.1.4. Conter, de forma expressa, a avaliação da base cadastral: coerência, consistência, confiabilidade e controle dos Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil, quanto ao cadastro e base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários, destacando as inconsistências eventualmente percebidas; e

11.3.1.5. Verificar o atendimento dos regramentos dispostos na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e Instrução Previc nº 33, de outubro de 2020.

11.3.2. Com relação à **gestão dos investimentos**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão:

11.3.2.1. Evidenciar se foram cumpridas as determinações e objetivos contidos nas Políticas de Investimentos, vigentes à época, aplicáveis aos dos Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil, analisando a eficácia prática nas decisões de investimento, impactos gerados pela conjuntura do mercado e a necessidade de revisão tempestiva desta Política de investimento;

11.3.2.2. Evidenciar a forma de gestão dos investimentos escolhida pelo Instituto e se foram atendidas as determinações contidas na Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, na Resolução PREVIC n.º 23, de 14 de agosto de 2023, e na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, incluindo as normas posteriores relacionadas à gestão de investimentos dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciários;



11.3.2.3. Avaliar a rentabilidade dos ativos em relação aos riscos inerentes ao investimento, respectivas carteiras, perdas realizadas, possíveis e prováveis;

11.3.2.4. Avaliar a conformidade dos investimentos com as exigências legais e regulamentares de Previdência Complementar, bem como dos mercados financeiros, de capitais e imobiliário;

11.3.2.5. Avaliar a inserção de dados comparativos do mercado no tocante à rentabilidade dos planos, com critérios de comparação para avaliação do desempenho observado, comparado com dados objetivos de mercado, indicando a fonte das informações;

11.3.2.6. Verificar a conformidade da indicação para: o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), o Administrador Responsável pela Gestão de Riscos, considerando o seu porte e complexidade, e para o Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios (ARPB);

11.3.2.7. Verificar se o Comitê de Aplicações atua na análise, na conformidade de informações e na precificação dos ativos, visando à tomada de decisão de todos os investimentos realizados, incluindo controles internos, registros em ata e segregação de funções, em cumprimento à legislação pertinente;

11.3.2.8. Avaliar a liquidez dos investimentos, comparados com a necessidade de cobertura do fluxo de caixa de cada plano previdenciário e o horizonte de rentabilidades e vencimentos dos títulos adquiridos.

11.3.3. Com relação à **solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão:

11.3.3.1. Avaliar o resultado atuarial dos Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil e administrado pelo Infraprev, evidenciando a capacidade de manutenção da solvência no prazo de duração do plano respectivo;

11.3.3.2. Caso o ETA do plano seja negativo, deverá ser avaliada a necessidade de estudos prévio ao equacionamento do déficit, mesmo que este ainda se encontre dentro do intervalo permitido pela regulação e regulamentação específica, pois devem ser verificadas as causas que tenham dado origem a este déficit. Além disso, verificar as medidas de monitoramento ou de mitigação de risco atuarial, como revisões de



premissas, ajustes de alocação de ativos, políticas de contingência ou, no mínimo, ações de acompanhamento contínuo do déficit, demonstrando a evolução deste déficit;

11.3.3.3. Avaliar se há necessidade de planos de equacionamento para os Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil e administrados pelo Infraprev, em cumprimento à legislação vigente de previdência complementar fechada, destacando os valores pagos pela empresa no período, o valor a integralizar e o prazo remanescente;

11.3.3.4. Verificar o histórico de distribuição de superávit e a conformidade legal da distribuição do superávit dos Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil e administrados pelo Infraprev, conforme definido na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018; e

11.3.3.5. Avaliar a projeção dos investimentos dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil, *duration* e os riscos de compatibilização com os passivos dos respectivos planos.

11.3.4. Com relação às **despesas administrativas**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão:

11.3.4.1. Avaliar a economicidade de manutenção do patrocínio dos Planos de Benefícios Previdenciários pela NAV Brasil no Infraprev, em atendimento à Resolução CGPAR/ME nº 37/2022;

11.3.4.2 Estudo de economicidade comparativo e aprofundado incluindo a performance da EFPC em relação a outras Entidades para que seja avaliada a manutenção ou transferência do gerenciamento do plano patrocinado;

11.3.4.3. Realizar estudo comparativo dos custos e das despesas administrativas dos planos de benefícios, administrados pelo Infraprev, com outros planos e patrocínios semelhantes administrados por outras entidades fechadas de previdência complementar, com o mesmo porte e características do Infraprev;

11.3.4.4. Efetuar comparativo das taxas administrativas e carregamento dos planos de benefícios, administrados pelo Infraprev, com outros planos e patrocínios semelhantes administrados por outras entidades fechadas de previdência complementar, considerando a maturidade dos planos e o mesmo porte e características do Infraprev, de forma a demonstrar opções



de redução de custos no patrocínio dos planos de benefícios, sempre com a perspectiva de auxiliar na melhoria da gestão dos planos patrocinados;

11.3.4.5. Realizar avaliação da sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa do Infraprev, levando em consideração a maturidade dos planos de benefícios, comparando-se com o PGA de outras entidades fechadas de previdência complementar, com o mesmo porte e características do Infraprev;

11.3.4.6. Realizar análise sobre a evolução das receitas e despesas administrativas;

11.3.4.7 Realizar a apuração da adequabilidade entre as receitas e despesas administrativas dos planos de benefícios patrocinados, evoluindo o Fundo Administrativo desses planos, por um prazo correspondente a duas vezes a duração do passivo.

11.3.5 Com relação à **utilização da reserva especial**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão avaliar a situação da utilização da reserva especial em curso, se houver, destacando os valores alocados em reserva especial e o prazo remanescente da sua destinação.

11.3.6. Com relação ao **gerenciamento dos riscos e a efetividade dos controles internos**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão:

11.3.6.1. Avaliar se a estrutura e a composição das instâncias de governança estão aderentes ao perfil do Infraprev, considerando a legislação vigente e se são atuantes quanto à avaliação dos controles internos na entidade, analisando os documentos comprobatórios;

11.3.6.2. Abordar os tipos específicos de riscos que devem ser monitorados, como riscos operacionais ou regulatórios, se está estruturada com base em mapas de risco, matrizes, testes, limites de exposição, entre outros instrumentos;

11.3.6.3. Avaliar se o Infraprev está aderente à Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, ou outra que venha a substituir, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas EFPC, e a atuação das instâncias de governança do Infraprev em cumprimento à referida Resolução;

11.3.6.4. Verificar se foram atendidas as providências contempladas nos estudos de Gestão de Ativos e Passivos (ALM - Asset Liability Management),



considerando o ALM como um dos elementos fundamentais para a gestão de riscos e descasamentos entre ativos e passivos;

11.3.6.5. Avaliar a implementação de melhorias nos controles internos em observância às recomendações do Conselho Fiscal do Infraprev e ao fluxo de tramitação dos Relatórios de Controles Internos do Conselho Fiscal;

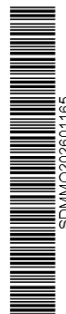
11.3.6.6. Analisar o Value at Risk (BVaR), das carteiras de investimentos dos planos de Benefícios Previdenciários patrocinados pela NAV Brasil e administrados pelo Infraprev, composta por metodologia que estima a maior perda esperada de um ativo ou carteira, sob condições normais de mercado, em um intervalo de confiança e horizonte de tempo estabelecidos para cada Relatório.

11.3.7. Quanto ao **acompanhamento do plano de ação referente às fragilidades encontradas no Relatório de Auditoria Periódica sobre as atividades do Infraprev**, os relatórios a serem elaborados pela Contratada deverão apresentar o andamento de eventual plano de ação decorrente de auditoria periódica, indicando o estágio de execução de cada ação corretiva (não iniciada, em implementação, concluída, cancelada ou prorrogada) com o cronograma de implementação e as justificativas que se fizerem necessárias.

11.3.8. A Contratada deverá realizar verificações de outros aspectos relevantes para a gestão e seus resultados, tais como o encaminhamento de ações judiciais, que possam trazer risco sistêmico ao mercado das EFPC, conforme prescreve a Resolução PREVIC n.º 23, de 14 de agosto de 2023.

11.4. A elaboração do **Relatório do impacto de propostas de políticas de gestão de pessoas e acordos coletivos de trabalho** sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar que a empresa patrocina e do Relatório com **manifestação anual sobre o risco da empresa com a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho**, principalmente quanto ao impacto sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar e o impacto no pós-emprego dos planos de previdência complementar patrocinado e do plano de saúde, considerando a Resolução CGPAR/ME nº 52/2024, deverá abordar as seguintes análises, sem prejuízo de outras que se mostrarem necessárias:

11.4.1. análise das novas diretrizes de Política de Gestão de Pessoal e/ou Acordos Coletivos;



11.4.2. elaboração de quadro comparativo para identificação dos impactos atuariais;

11.4.3. avaliação das premissas utilizadas na avaliação atuarial corrente;

11.4.4. definição de novas premissas e hipóteses atuarias;

11.4.5. proposição de ajustes necessários nas diretrizes;

11.4.6. estruturação da base de dados impactada pelas mudanças propostas;

11.4.7. elaboração da avaliação atuarial de impacto sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial;

11.4.8. consolidação dos novos resultados para a Patrocinadora e planos de custeio e verificação da realização das projeções de impactos efetuadas no exercício anterior.

11.5. A Contratada, mediante solicitação da Contratante, deverá emitir **pareceres atuariais referentes a Gestão do Patrocínio** sobre assuntos que poderão impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar.

11.6. Os relatórios e pareceres gerados têm por objetivo subsidiar a alta direção (Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração) da NAV Brasil quanto à regularidade da gestão dos planos de benefícios, sinalizando eventuais pontos que mereçam a atenção e indiquem a necessidade de fornecer informações ao Infraprev.

11.7. Os relatórios e pareceres deverão ser redigidos com clareza e coesão, estabelecendo correlação lógica entre os dados, conceitos e conclusões apresentadas, as quais deverão ser fundamentadas e elucidativas. As opiniões e recomendações devem ser precisas, evidenciando posicionamento sobre os temas analisados, incluindo, sempre que pertinente, os impactos decorrentes das informações e análises realizadas.

11.8. Na hipótese de surgirem novas normas regulamentares que afetem os relatórios, a Contratada deverá contemplar a referida alteração.

11.9. A Contratada deverá apresentar a descrição da metodologia adotada e a fonte dos dados utilizados em seus trabalhos.

12. DOS PRODUTOS

12.1. São produtos da presente contratação:

12.1.1. Relatório Anual de Gestão do Patrocínio;

Página 14 de 72



SDMMO202601165



Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>

SIGA 

12.1.2. Relatório do impacto de propostas de políticas de gestão de pessoas e acordos coletivos de trabalho sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar que a empresa patrocina;

12.1.3. Relatório com manifestação sobre a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho, principalmente quanto ao impacto sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar e o impacto no pós-emprego dos planos de previdência complementar patrocinado e do plano de saúde; e

12.1.4. Pareceres atuariais referentes à Gestão do Patrocínio sobre assuntos que poderão impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar.

PRODUTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDORA	QUANTIDADE (anual)	QUANTIDADE (36 meses)
1	Serviço de assessoria para elaboração de Relatório Anual de Gestão do Patrocínio	Relatório	1	3
2	2.1. Serviço especializado de assessoria para elaboração de Relatório do impacto de propostas de políticas de gestão de pessoas e acordos coletivos de trabalho sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar que a empresa patrocina	Relatório	-	1
	2.2. Serviço especializado de assessoria para elaboração de Relatório com manifestação anual sobre a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho, principalmente quanto ao impacto sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar e o impacto no pós-emprego dos planos de previdência complementar patrocinados e do plano de saúde	Relatório	1	3



3	Serviço de assessoria para elaboração de Pareceres atuariais referentes à Gestão do Patrocínio sobre assuntos que poderão impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar	Parecer	2	6
---	---	---------	---	---

12.2. O produto elencado no item 12.1.1 (Relatório Anual de Gestão do Patrocínio) fará referência aos exercícios de 2025 em diante.

12.3. A Contratada se compromete a aceitar a prorrogação da vigência contratual pelo período necessário, caso o advento do termo comprometa a elaboração de relatório final do exercício anual.

12.4. Os Relatórios Anuais de Gestão do Patrocínio deverão conter parecer conclusivo para cada tema apreciado, conforme item 11.

12.5. Os Relatórios Anuais de Gestão do Patrocínio deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

12.5.1. Capa: Identificação do objeto (produto);

12.5.2. Sumário Executivo: Síntese do trabalho, contendo os aspectos mais relevantes;

12.5.3. Objeto: Informações gerais sobre a avaliação e a análise realizadas;

12.5.4. Informações Técnicas da análise realizada: Metodologia, abrangência, limitações;

12.5.5. Conclusão: Para cada processo avaliado, considerando as eventuais recomendações emitidas;

12.5.6. Quadro consolidado contendo as recomendações emitidas; e

12.5.7. Quadro consolidado contendo o resultado do monitoramento às recomendações emitidas em trabalhos anteriores sobre o mesmo tema, se for o caso.

12.6. Os produtos elencados no item 12.1.4 serão elaborados pela Contratada conforme demanda da Contratante.

12.7. Os produtos deverão ser entregues em versão digital, em formato PDF pesquisável, com assinatura eletrônica avançada (em que há utilização de certificados criptográficos da cadeia gov.br) ou assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital padrão ICP-Brasil), e em versão Word, enviadas por correio



eletrônico ou outro meio de transferência de arquivos disponível e acertado entre as partes, sem restrição de acesso.

12.8. Os Responsáveis Técnicos e o Revisor Técnico que irão compor a equipe de trabalho deverão assinar os relatórios.

13. DOS PRAZOS DE ENTREGA

13.1. O Relatório Anual de Gestão do Patrocínio (item 12.1.1) deverá ser entregue até o dia 30 de abril, ou até 60 dias após a assinatura do Termo de Contrato, referente ao exercício financeiro anterior, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente caso seja fim de semana ou feriado nacional.

13.1.1. O primeiro Relatório Anual de Gestão do Patrocínio a ser entregue terá por base o exercício financeiro de 2025.

13.2. O prazo previsto no item anterior deve ter como referência os intervalos temporais e competências previstas na tabela a seguir:

Produto	Competência 2025		Competência 2026		Competência 2027	
	Período	Data de Entrega	Período	Data de Entrega	Período	Data de Entrega
Produto 1 - Relatório Anual de Gestão do Patrocínio	01/01/2025 a 31/12/2025	30/04/2026 (ou até 60 dias após a assinatura do Termo de Contrato)	01/01/2026 a 31/12/2026	30/04/2027	01/01/2027 a 31/12/2027	30/04/2028

13.2. O relatório de que trata o item 12.1.2 (Relatório do impacto de propostas de políticas de gestão de pessoas e acordos coletivos de trabalho) será elaborado sob demanda, no momento do fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), cuja data-base da categoria é 1º de maio, e periodicidade, ordinariamente, bienal.

13.2.1. Considerando que o último ACT foi celebrado no exercício de 2025, a elaboração do referido relatório está prevista, em caráter ordinário, para o exercício de 2027, sem prejuízo de eventual antecipação ou da necessidade de elaboração de novos relatórios sempre que houver propostas, revisões ou negociações extraordinárias que possam impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios patrocinados, a critério da Contratante.



13.3. O documento de que trata o item 12.1.3 (Relatório sobre a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho) deverá ser entregue anualmente até o dia 30 de maio, ou até 60 dias após a assinatura do Termo de Contrato, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente caso seja fim de semana ou feriado nacional.

13.4. Os documentos de que tratam o item 12.1.4 (Pareceres atuariais referentes à Gestão do Patrocínio) serão elaborados e entregues pela Contratada conforme demanda da Contratante, nos prazos a serem ajustados pelas partes.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. São obrigações da Contratada, além das definidas em outras cláusulas do presente instrumento, previstas no contrato ou estabelecidas em normas aplicáveis vigentes ou que entrarem em vigor:

14.1.1. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei, no edital e neste instrumento;

14.1.2. Indicar, por escrito e antes do início das atividades, preposto, aceito pela NAV Brasil, para representá-la administrativamente, sempre que necessário, durante o período de vigência do contrato, indicando-se o seu nome, telefone e e-mail, a quem o Fiscal do contrato deverá se reportar para resolução de pendências.

14.1.3. Apresentar, na fase de habilitação da proposta, o Atestado de Capacidade Técnica, expedido por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que na condição de cliente final, comprove que o proponente executou os serviços objeto deste Termo de Referência, pertinentes a planos de benefícios previdenciários administrados por entidades de previdência complementar submetidos aos ditames da Lei Complementar nº 108/2001;

14.1.4. Recrutar, em seu nome e sob sua exclusiva e inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, em decorrência da sua condição de empregadora, nos termos do Art. 77 da Lei nº 13.303/2016;

14.1.5. Apresentar o “currículo vitae” dos funcionários que prestarão serviço;

14.1.6. Informar à Contratante os nomes e números das inscrições nas instituições de classe competentes, com relação aos profissionais que executarão as tarefas pertinentes ao presente Termo de Referência;



14.1.7. Utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão de obra, devidamente habilitada e treinada, para execução dos serviços contratados;

14.1.8. Manter quadro de pessoal suficiente e com qualificação compatível para garantir a continuidade da execução dos serviços;

14.1.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante a NAV Brasil por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles;

14.1.10. Orientar os profissionais sob sua responsabilidade sobre o teor do contrato firmado de forma a garantir sua fiel execução;

14.1.11. Iniciar a execução dos serviços contratados na data estabelecida na Ordem de Serviço.

14.1.12. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços com a observância dos prazos estabelecidos e em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

14.1.13. Comprometer-se a não alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

14.1.14. Dispor de material e equipamentos adequados ao desenvolvimento das atividades;

14.1.15. Documentar adequadamente, e disponibilizar à Contratante, os papéis de trabalho que devem conter, no mínimo:

14.1.15.1. Objetivo do papel de trabalho;

14.1.15.2. Fonte das informações;

14.1.15.3. Procedimentos executados; e

14.1.15.4. Conclusão;

14.1.16. Não transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer obrigações contratuais.

14.1.17. Reportar-se à fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;



14.1.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo máximo de 1 (uma) semana que antecede à data de finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa.

14.1.19. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atendê-la com a máxima brevidade;

14.1.20. Relatar à Contratante, pronta e imediatamente, toda e qualquer ocorrência ou irregularidade havidas durante a execução do Contrato, respondendo integralmente por sua omissão;

14.1.21. Tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

14.1.22. Fiscalizar o perfeito cumprimento da execução contratual, independente da fiscalização que será exercida pela Contratante, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

14.1.23. A qualquer momento, fornecer à Contratante informações sobre a execução dos trabalhos, permitindo o seu acompanhamento;

14.1.24. Acatar todas as orientações da NAV Brasil, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações formuladas.

14.1.25. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações constantes neste Termo de Referência.

14.1.26. Atender às expectativas previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição dos aspectos qualitativos e quantitativos dos resultados esperados com a contratação sob pena de glosas de pagamentos;

14.1.27. Observar as determinações contidas no Decreto nº 7.203/2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, no que couber;

14.1.28. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, a respeito de todo e qualquer assunto, de interesse da NAV Brasil ou de terceiros, de que venham a tomar conhecimento em razão deste instrumento, ficando, portanto, responsáveis por sua indevida divulgação, ou descuidada ou incorreta utilização, devendo orientar seus empregados nesse sentido;



14.1.29. Responsabilizar-se civilmente por vícios na execução, tais como: quantidade, qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste termo, ou atribuídas à Contratada, verificados posteriormente;

14.1.30. Cumprir as legislações e regulamentações relativas à responsabilidade socioambiental e as exigências legais acerca das responsabilidades trabalhistas e da proibição do trabalho escravo e do trabalho infantil;

14.1.31. Responsabilizar-se pelos serviços objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, no exercício de suas atividades vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à NAV Brasil e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

14.1.32. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; e

14.1.33. Respeitar o Código de Ética, Conduta e Integridade da Contratante, disponível no site da empresa, no que couber.

14.2. A Contratada deverá dispor, em sua equipe técnica, de 02 (dois) Responsáveis Técnicos, que irão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados, e 01 (um) Revisor Técnico, que deverá ser profissional distinto dos Responsáveis Técnicos, com qualificação equivalente ou superior, cuja função será proceder à revisão crítica dos Produtos 1 e 2, assegurando a conformidade técnica, a aderência às normas vigentes e a mitigação de riscos à atividade.

14.2.1. Um dos responsáveis técnicos deverá possuir nível superior completo em Ciências Atuariais e registro profissional ativo no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

14.2.2. A exigência de qualificação do item anterior justifica-se pela natureza técnica do objeto do contrato, que demanda a atuação de atuário para interpretar, validar e subsidiar projeções e avaliações de passivos e ativos previdenciários, em conformidade com a legislação e normas da PREVIC.

14.3. A Contratada deverá dispor de todos os instrumentos, recursos e meios tecnológicos necessários e suficientes para a plena execução do objeto contratual,



responsabilizando-se integralmente pela regularidade legal de sua utilização, bem como por quaisquer ônus, encargos, prejuízos ou responsabilizações de natureza civil, administrativa ou judicial decorrentes de seu uso, não recaindo à Contratante qualquer obrigação ou responsabilidade a esse respeito.

14.4. A Contratada deverá declarar, sob as penas da lei, que todas as ferramentas, softwares, sistemas, modelos computacionais e demais recursos tecnológicos que venham a ser utilizados na execução do objeto contratual estarão devidamente licenciados, livres de ônus para a NAV Brasil e em conformidade com a legislação de direitos autorais, propriedade intelectual e segurança da informação vigentes no Brasil.

14.5. A Contratada comprometer-se-á a apresentar, sempre que solicitado pela NAV Brasil, a documentação que comprove a regularidade do licenciamento dos recursos tecnológicos utilizados, incluindo notas fiscais, contratos de licença, termos de uso e demais documentos correlatos.

14.6. A constatação do uso de recursos não licenciados ou irregulares por parte da Contratada constituirá infração contratual grave, sujeitando-a às penalidades previstas no contrato, sem prejuízo de outras ações previstas em lei.

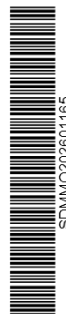
14.7. A Contratada será a única e exclusiva responsável por quaisquer ônus, prejuízos ou responsabilizações legais decorrentes do uso indevido de recursos tecnológicos, inclusive perante órgãos reguladores, entidades de controle ou o Poder Judiciário.

14.8. O licitante vencedor se obriga a assinar o Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD, anexo a este Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato, com vistas a atender ao previsto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no que diz respeito ao trato de informações e dados pessoais, disponibilizados pela Contratante em razão dos procedimentos necessários à execução do objeto contratual.

14.9. O licitante vencedor se obriga a assinar a Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil – Pessoa Jurídica, anexa a este Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato, a fim de afastar conflito de interesses, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis.

14.10. O licitante vencedor se obriga a assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo, anexo deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, a fim de preservar a propriedade da informação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



15.1. Constituem obrigações da Contratante, além das demais estabelecidas no presente instrumento, previstas no contrato ou definidas em normas aplicáveis vigentes ou que entrarem em vigor:

15.1.1. Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.1.2. Nomear gestor e fiscal e definir responsabilidades para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;

15.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, por intermédio de empregados especialmente designados, os quais deverão avaliar o desempenho da Contratada na prestação dos serviços, de acordo com os parâmetros estabelecidos no respectivo Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

15.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas e defeitos observados, fixando prazo para a sua correção;

15.1.5. Solicitar à Contratada a reexecução de qualquer serviço que não seja realizado em conformidade com o contrato, norma técnica ou qualquer disposição oficial;

15.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

15.1.6.1. Exercer o poder de mando sobre os profissionais da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando previsto o atendimento direto;

15.1.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

15.1.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

15.1.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais da própria entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.



SDMMO202601165

15.1.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

15.1.8. Fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

15.1.9. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada pertinentes ao objeto do contrato;

15.1.10. Viabilizar espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades na Contratante, quando necessário;

15.1.11. Intermediar as demandas a serem enviadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar — EFPC;

15.1.12. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições restabelecidos neste Termo de Referência;

15.1.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da Contratada, no que couber;

15.1.14. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação técnico-profissional exigidos neste Termo de Referência e solicitar à Contratada as substituições que se verificarem necessárias;

15.1.15. Verificar a regularidade fiscal e previdenciária da empresa Contratada e a manutenção das condições de habilitação;

15.1.16. Aplicar à Contratada as eventuais penalidades contratuais cabíveis, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

16. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. As condições para a alteração contratual estabelecidas conforme o teor do art. 81, da Lei nº 13.303/2016, serão estabelecidas na Minuta de Termo de Contrato.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa Contratada com/outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, bem como sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e que haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. As hipóteses de rescisão contratual serão estabelecidas na Minuta de Termo de Contrato.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A fiscalização dos serviços deverá ser realizada por Comissão de Fiscalização, a ser designada por meio de Ato Administrativo, expedido pela autoridade competente, no âmbito da Contratante, que atuará em nome da NAV Brasil com plenos poderes para acompanhar, fiscalizar, supervisionar e controlar a qualidade dos serviços prestados pela Contratada e o cumprimento das obrigações contratuais.

19.2. A fim de assegurar a consecução do contrato, a Comissão de Fiscalização poderá, a qualquer tempo, orientar os empregados da Contratada, por intermédio do seu preposto, no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas e imperfeições na execução do contrato.

19.3. A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

19.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

19.5. A Fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

19.6. A Fiscalização do contrato deverá apresentar ao preposto designado pela Contratada a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços, a ser materializada pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

19.7. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.8. A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

19.9. Na hipótese de contínua desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos



toleráveis previstos nos respectivos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), além dos fatores redutores dos pagamentos, poderão ser aplicadas, cumulativamente, sanções administrativas à Contratada, de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente.

19.10. A Fiscalização do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, de acordo com o previsto no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) correspondente.

19.11. A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da NAV Brasil ou de seus agentes, gestores e fiscais.

19.12. No exercício de suas atribuições, ficará assegurado à Fiscalização o direito de acesso a todos os elementos, documentos e informações julgados necessários ao acompanhamento e à verificação da execução dos serviços contratados, observados, em qualquer hipótese, os princípios, deveres e limites estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como as obrigações de confidencialidade, sigilo e segurança da informação previstas neste Termo de Referência e no contrato.

20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. A Contratante avaliará os serviços executados, verificando o atendimento das especificações, e realizará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis a contar da conclusão dos serviços.

20.2. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

20.3. Na hipótese da necessidade de correção dos serviços, será estabelecido um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, corrija ou substitua os relatórios rejeitados, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20.4. Entende-se como recebimento definitivo o serviço prestado e aceito nos termos e condições previstas na especificação do objeto, condicionado à entrega dos respectivos relatórios finais e conclusivos.

20.5. Após aprovação dos serviços, a NAV Brasil deverá emitir o Termo de Recebimento definitivo em até 05 (cinco) dias úteis.



20.6. A emissão da nota fiscal será precedida, obrigatoriamente, do recebimento definitivo do serviço.

20.7. O valor da nota fiscal a ser emitida será de acordo com o resultado indicado no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

20.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e por força das disposições legais em vigor.

21. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

21.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VIII deste Termo de Referência.

21.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios, metodologias, conceituações e indicadores estabelecidos no respectivo IMR.

21.3. Será indicado o redimensionamento no pagamento, proporcional à inconformidade verificada na execução dos serviços contratados, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis previstas neste Termo de Referência e no contrato, caso se constate que a Contratada:

21.3.1. Não produziu os resultados acordados;

21.3.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

21.3.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

21.4. A incidência dos percentuais de desconto sobre a remuneração contratual não possui natureza de sanção contratual, sendo a medida do não cumprimento contratual. Portanto, diante de eventual descumprimento contratual, além do desconto sobre a remuneração, a Contratada estará sujeita à instauração de processo administrativo destinado a apurar as irregularidades apontadas e, consequentemente, a eventual aplicação de sanções administrativas, na forma contratualmente estabelecida.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento ocorrerá de forma parcelada, referente ao respectivo produto efetivamente entregue.



22.2. A Contratada deverá emitir a nota fiscal de serviços conforme os dados de faturamento a seguir:

- 22.2.1. Razão Social: NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
- 22.2.2. Endereço: Av. General Justo, nº 160, Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP 20.021-130
- 22.2.3. CNPJ: 42.736.102/0001-10
- 22.2.4. Inscrição Municipal: 1324283-6

22.3. A Contratada deverá encaminhar a nota fiscal, para fins de pagamento, para e-mail a ser informado pela Comissão de Fiscalização.

22.4. Os pagamentos das Notas Fiscais referentes aos serviços realizados serão efetuados pela Contratante em até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da nota fiscal.

22.5. Os prazos de entrega de cada produto estão elencados no item 13 deste Termo de Referência.

22.6. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante quando o fiscal nomeado ou a Comissão de Fiscalização da NAV Brasil atestar o recebimento parcial ou definitivo do objeto do contrato.

22.7. O fiscal deverá encaminhar a Nota Fiscal em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo, para o setor competente para o processamento do pagamento.

22.8. Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

22.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

22.10. Caso o Licitante Vencedor seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor, se aplicável.

22.11. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



22.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

22.13. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

22.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.15. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

22.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

22.17. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

22.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público ativo da Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

22.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I * N * VP$$

Fórmula 1 - Encargos Moratórios



22.21. Sendo:

22.21.1. EM = Encargos moratórios;

22.21.2. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

22.21.3. VP = Valor da parcela a ser paga.

22.21.4. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

22.21.5. Sendo:

22.21.5.1. I = 0,00016438

22.21.5.2. TX = Percentual da taxa anual = 6%

23. DO REAJUSTE DE PREÇOS

23.1. Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, contados da data limite para a apresentação das propostas.

23.2. Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de solicitação da empresa Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$23.2.1. R = V (I - I^0) / I^0$$

23.3. Onde:

23.3.1. R = Valor do reajuste procurado;

23.3.2. V = Valor contratual a ser reajustado;

23.3.3. I⁰ = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

23.3.4. I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

23.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a NAV Brasil pagará à empresa Contratada a importância calculada pela última variação



conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.9. O reajuste será realizado por apostilamento

24. DA GARANTIA

24.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia em favor da Contratante, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante toda a vigência do contrato e pelo período de 90 (noventa) dias após o seu encerramento.

24.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará aplicação de multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 0,5% (meio por cento).

24.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação da garantia autoriza a NAV Brasil a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

24.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de eventuais:

24.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

24.2.2. Prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo dos colaboradores da Contratada, inclusive terceirizados, durante a execução do contrato;

24.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;



24.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, relativas aos serviços, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

24.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 24.2, observada a legislação que rege a matéria.

24.4. A garantia em dinheiro deverá ser prestada mediante depósito em favor da NAV Brasil, em conta específica a ser informada à Contratada, e será atualizada monetariamente na forma da legislação aplicável.

24.5. Em caso de garantia na modalidade fiança bancária, deverá constar expressamente renúncia, pelo fiador, dos benefícios dos artigos 827 e 838 do Código Civil brasileiro.

24.6. Em qualquer das opções de garantia, fica vedada a inclusão de cláusulas excludentes de quaisquer naturezas.

24.7. A cada prorrogação da vigência do contrato, revisão dos valores acordados, vencimento da vigência da garantia, ou, ainda, na utilização total ou parcial da garantia para o pagamento de qualquer obrigação, multas ou indenizações, a Contratada se obriga a renovar ou atualizar a garantia, apresentando o respectivo comprovante à NAV Brasil no prazo de até 15 (quinze) dias úteis do fato que ensejou a revisão da garantia.

24.7.1. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

24.8. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do contrato, a NAV Brasil poderá executar a garantia contratual prestada pela Contratada como consequência do correspondente processo de apuração da irregularidade cometida.

24.8.1. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

24.8.2. A seguradora e/ou fiadora não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela NAV Brasil com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

24.9. A garantia será considerada extinta:

24.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia,



acompanhada de declaração da NAV Brasil, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

24.9.2. após o término da vigência da garantia, estabelecida no subitem 24.1.

24.10. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no correspondente Termo de Contrato.

24.11. A NAV Brasil executará a garantia nas condições previstas neste contrato e na forma prevista na legislação que rege a matéria.

25. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

25.2. Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante;

25.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

25.2.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

25.2.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

25.2.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das fórmulas previstas no edital;

25.2.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.



25.2.5. Justificam-se as exigências acima mencionadas, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração dela.

25.2.6. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à NAV Brasil a plena execução do objeto contratado.

25.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.3.1. Para **qualificação técnico-operacional**, a empresa deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Contratada tenha executado, de forma satisfatória, serviços de assessoria atuarial e/ou econômico-financeira, envolvendo a elaboração de relatórios e/ou pareceres técnicos relacionados à gestão de patrocínio, previdência complementar ou avaliação de impactos atuariais e econômico-financeiros.

25.3.1.1. Os atestados deverão demonstrar a execução de, no mínimo 03 (três) relatórios técnicos periódicos, anuais ou trimestrais, ou 02 (dois) pareceres atuariais, podendo ser admitida a combinação de relatórios e pareceres e o somatório de atestados, desde que, em conjunto, comprovem a capacidade técnico-operacional da licitante para a execução do objeto.

25.3.1.2. Os atestados deverão conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos serviços executados, os quantitativos atendidos, o período de execução e a declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

25.3.1.3. Os atestados deverão conter a especificação do serviço e o período de sua prestação, a razão social, o CNPJ, o endereço e o e-mail da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) e do telefone do declarante e sua assinatura.

25.3.1.4. Serão considerados os atestados que comprovem a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação para empresas públicas ou sociedades de economia mista que sejam patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar, tendo em vista a



necessidade de demonstrar experiência prévia em atividades com características técnicas e regulatórias específicas desse segmento.

25.3.2. Tal requisito visa assegurar que a Contratada possua conhecimento prático sobre as particularidades da gestão do patrocínio, das normas aplicáveis ao segmento e da interação entre patrocinadora e entidade, garantindo maior segurança, qualidade e aderência dos serviços prestados às necessidades da Administração.

25.3.3. A NAV Brasil se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, sendo excetuados os documentos que, em razão de sua natureza, estejam protegidos por sigilo.

25.4. Para fins de **qualificação técnico-profissional**, a licitante deverá indicar a equipe técnica com os conhecimentos e a experiência necessários à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação da declaração de vinculação futura da equipe técnica na prestação dos serviços, conforme Anexo I deste Termo de Referência.

25.4.1. Os profissionais indicados na declaração de que trata o item anterior deverão efetivamente trabalhar na execução do Contrato, sendo que eventual necessidade de substituição deve ocorrer por profissional com qualificação e experiência equivalente ou superior.

25.4.2. A exigência da indicação do(s) profissional(is) na fase de habilitação não se confunde com a comprovação do vínculo contratual definitivo (CTPS ou contrato de prestação de serviços), cuja exigência deve ocorrer apenas após a assinatura do contrato.

26. DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

26.1. Será admitida a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, que atendam às condições exigidas neste Termo de Referência.

26.2. Não se aplica à presente contratação o tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o objeto não se enquadra em processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP) em itens de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nem em hipóteses de subcontratação ou de aquisição de bens de natureza divisível que permitam a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para tais empresas.

Página **35** de **72**



Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>

SIGA 

26.3. Deverá ser assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP), o tratamento diferenciado previsto no art. 42 e a preferência de contratação estabelecida no art. 44, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, observados os critérios e condições definidos na legislação aplicável.

27. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

27.1. Não será admitida a participação de consórcio de empresas, tendo em vista que o objeto da contratação exige responsabilidade técnica centralizada, com uniformidade metodológica e autonomia operacional, o que é de difícil obtenção na formação consorciada, o que poderia comprometer a eficiência e eficácia da execução contratual.

28. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

28.1. Não será admitida a participação de cooperativas, diante da natureza do serviço e da necessidade de responsabilização integral e direta da Contratada e controle hierárquico sobre a execução dos serviços, o que não se coaduna com o regime associativo das cooperativas, baseado na autogestão e na autonomia dos cooperados.

28.2. Além disso, as cooperativas não possuem capital social com os mesmos requisitos de empresas convencionais, o que pode comprometer a capacidade econômico-financeira de responder por eventuais inadimplementos contratuais, desaconselhando a contratação de cooperativas para a execução do objeto deste Termo de Referência.

29. DA SUBCONTRATAÇÃO

29.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste Termo de Referência.

29.2. A vedação justifica-se pela natureza especializada e integrada das análises a serem realizadas, que envolvem aspectos atuariais, financeiros, de investimentos, riscos e controles internos, demandando tratamento unificado para assegurar consistência metodológica, precisão técnica, coesão e confiabilidade dos resultados.

29.3. A fragmentação da execução por meio de subcontratação poderia comprometer a uniformidade e a coerência dos trabalhos, além de dificultar a responsabilização direta e integral da Contratada, requisitos essenciais para a qualidade e integridade dos relatórios produzidos.



30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a Contratada que:

- 30.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 30.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 30.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 30.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 30.1.5. cometer fraude fiscal.

30.2. Em caso de ocorrência de quaisquer infrações supracitadas, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pela NAV Brasil ou de inobservância de qualquer obrigação legal, normativa ou contratual bem como em caso de mora, sem motivo justificado, poderão ser aplicadas à Contratada, garantida a prévia defesa, as penalidades descritas neste Termo de Referência.

30.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

30.2.2. Multa:

30.2.2.1. moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor deste Contrato em caso de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias corridos; e

30.2.2.2. compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do ajuste ou por dar causa à sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a Contratante por perdas e danos.

30.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência, bem como naquelas elencadas no art. 84 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC; e



30.2.4. O atraso na execução dos serviços superior a 15 (quinze) dias poderá configurar, a critério da Fiscalização, hipótese de rescisão unilateral do Contrato, sem prejuízo da aplicação de multa moratória convertida em compensatória, conforme previsto neste Termo de Referência.

30.3. A Contratada poderá responder por perdas e danos ocasionados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do Contrato, independentemente de culpa ou dolo, não excluída ou reduzida essa responsabilidade em virtude da presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela Contratante;

30.3.1. As perdas e danos serão apuradas em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

30.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 à Contratada que:

30.4.1. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

30.4.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

30.4.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e/ou

30.4.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

30.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto entre si ou com outras penalidades aqui previstas;

30.6. A Contratada, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação correspondente, para apresentar defesa prévia;

30.6.1. Da decisão da autoridade sobre a aplicação da cominação caberá recurso sem efeito suspensivo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão ou da lavratura da ata;

30.6.2. A autoridade competente da Contratante decidirá pela procedência ou não do recurso, devendo a decisão ser comunicada expressamente à Contratada; e



30.6.3. A autoridade competente da Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para decidir sobre o recurso contados a partir da sua interposição, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período.

30.7. O somatório de todas as multas aplicadas estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato durante toda a vigência contratual.

30.8. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do primeiro pagamento a que a Contratada fizer jus.

30.9. Caso o crédito da Contratada junto à Contratante seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido da garantia contratual ou cobrado por meio do competente processo judicial;

30.10. As penalidades aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

30.11. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com as de multa, em consonância com o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

30.12. A aplicação das sanções administrativas tratadas neste Termo de Referência será precedida do correspondente processo administrativo de apuração de irregularidades, no qual será assegurado à Contratada, em qualquer hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

30.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, as empresas ou profissionais que:

30.13.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

30.13.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e/ou

30.13.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com esta Empresa Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

31. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

31.1. A Contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade ambiental na administração dos recursos materiais e humanos relacionados à prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, e observará as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Controladoria Geral da União (CGU), no que for aplicável ao caso concreto.



31.2. A fim de promover a responsabilidade socioambiental e reduzir os impactos ambientais nas atividades desenvolvidas, a Contratada deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- 31.2.1. realizar a triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades;
- 31.2.2. realizar a disposição final e ambientalmente adequada de embalagens, resíduos, peças e equipamentos utilizados após o uso;
- 31.2.3. realizar as atividades buscando a otimização de recursos, a redução de desperdícios e de forma a evitar a poluição do meio ambiente;
- 31.2.4 utilizar materiais biodegradáveis, no que couber;
- 31.2.5. priorizar o uso de inovações tecnológicas que reduzam os impactos sobre os recursos naturais;
- 31.2.6. observar, no que for aplicável, a Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

32. DA MATRIZ DE RISCOS

32.1. Constituem riscos suportados exclusivamente pela Contratante, que poderão ensejar termos aditivos ao Contrato:

- 32.1.1. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como Fato do Príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Contratante, que comprovadamente repercuta no preço da Contratada; e
- 32.1.2. Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.

32.2. Constituem riscos suportados exclusivamente pela Contratada, que não poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

- 32.2.1. Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada; e
- 32.2.2. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução do objeto contratado.

32.3. Além dos riscos previstos supramencionados, constituem riscos suportados pelas partes em especial aqueles previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante no Anexo VII deste Termo de Referência.



33. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

33.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios desta empresa pública, previstos no Programa de Dispêndios Globais (PDG), disponíveis na Conta Contábil 311.05.0154 (Serviços Técnicos Especializados), Dependência nº 001/SEDE, Centro de Custos 20145-6 (Gerência de Pessoas).

34. DA DECLARAÇÃO DE COMPLETUDE

34.1. A equipe de planejamento abaixo subscrita declara e atesta a completude e suficiência dos elementos necessários à perfeita execução do objeto contratual, nos termos do art. 34, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil (RILC).

35. DOS ANEXOS

35.1. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

35.1.1. Anexo I – Modelo de declaração de vinculação da equipe técnica na prestação dos serviços contratados

35.1.2. Anexo II – Modelo de Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil – Pessoa Jurídica;

35.1.3. Anexo III – Modelo de Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD;

35.1.4. Anexo IV – Modelo de Termo de Confidencialidade e Sigilo;

35.1.5. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços;

35.1.6. Anexo VI – Modelo de Ordem de Serviço;

35.1.7. Anexo VII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

35.1.8. Anexo VIII - Matriz de Riscos.

36. DOS RESPONSÁVEIS

36.1. Os membros da equipe de planejamento da contratação abaixo subscritos foram devidamente designados por meio do Ato Administrativo nº SEDE-AAA-2025/00498, de 15 ago. 2025.



VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA
Matrícula 18.914-06
Coordenador da Equipe de Planejamento e Gerente de Pessoas

THAIS GIL MENEZES
Matrícula 18.988-76
Membro Técnico da Equipe de Planejamento

RENATA LIMA ANDRADE
Matrícula 18.924-03
Membro Técnico da Equipe de Planejamento



Anexo I – Modelo de Declaração de Vinculação da Equipe Técnica**DECLARAÇÃO DE VINCULAÇÃO FUTURA DA EQUIPE TÉCNICA NA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada em _____, declara, sob as penas da lei, constar da relação abaixo o nome e o número do registro profissional dos componentes da Equipe Técnica que, por isso, estarão vinculados aos serviços licitados:

Nome	Nº de registro profissional	Perfil
		Responsável Técnico
		Responsável Técnico
		Revisor Técnico

Na eventualidade de haver necessidade de substituição, será(ão) substituído(s) por pessoa com qualificação e experiência equivalente ou superior.

Local, data

(assinatura e carimbo)

(representante legal)



SDMMO202601165

**Anexo II – Modelo de Declaração de Adesão à Política de Transações com
Partes Relacionadas da NAV Brasil – Pessoa Jurídica****DECLARAÇÃO DE ADESÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES
RELACIONADAS DA NAV BRASIL (PESSOA JURÍDICA)**

1. Em atenção à “Política de Transações com Partes Relacionadas” da NAV Brasil, a fim de afastar conflito de interesses, DECLARO que esta empresa não se enquadra na definição de Parte Relacionada, nos termos de seu art. 3º, inc. VI, alínea “b”, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis, observadas, em especial, as diretrizes e vedações expressas, respectivamente, nos arts. 6º e 7º.

2. Além do exposto, DECLARO:

2.1. Que esta transação não foi estabelecida em condições distintas das de mercado e/ou de forma a prejudicar os interesses da NAV Brasil.

2.2. Que esta transação não constitui contrato gratuito, ou seja, sem contrapartida para a NAV Brasil; e

2.3. Que a presente empresa não possui em seu quadro, administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, que seja diretor ou empregado da NAV Brasil, ou, ainda, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 6 (seis) meses.

3. Nesse sentido, FAÇO CONSTAR os dados da empresa e o correspondente Quadro de Sócios e Administradores (QSA):

3.1. DADOS DA EMPRESA:

Nome: [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

Endereço: [ENDEREÇO DA CONTRATADA]

CNPJ: [NÚMERO]

Telefone: [NÚMERO]

E-mail: [EMAIL DA CONTRATADA]



3.2. QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA):

Nome do Administrador/Sócio	CPF
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]

4. Por fim, esta empresa se coloca à disposição para apresentar esclarecimentos e/ou documentos à Contratante que porventura lhe sejam solicitados, submetendo-se, por toda a execução contratual, à verificação das informações por ora declaradas.

[LOCALIDADE], XX de XXXX de 202X.

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]



**Anexo III – Modelo de Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais –
LGPD****TERMO DE ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., Empresa Pública Federal com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.736.102/0001-10, situada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-130, representada por seu Presidente, o Sr. JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, e por seu Diretor de [DEFINIR], o Sr. [NOME COMPLETO], CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, doravante denominada CONTRATANTE ou CONTROLADOR, e a empresa [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [NÚMERO], estabelecida na [ENDEREÇO DA CONTRATADA], doravante denominada CONTRATADA ou OPERADOR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. [NOME COMPLETO], CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo [ÓRGÃO EMISSOR], conforme Processo Administrativo de Contratos nº SEDE-ADM-[ANO]/[NÚMERO], com fundamento na cláusula [INDICAR A CLÁUSULA DO CONTRATO QUE TRATA DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS] do Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO], celebram o presente TERMO DE ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, conforme as seguintes cláusulas e condições:

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Este Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD faz parte indissociável do Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] celebrado entre as PARTES acima indicadas;

Por meio do presente Termo, o CONTROLADOR e o OPERADOR, denominados aqui conjuntamente como PARTES, firmam o entendimento de que estão alinhados e em conformidade com os requisitos do atual marco legal brasileiro em relação ao tratamento de dados pessoais criado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que definirá seus direitos e obrigações;

Ao considerar que:

O CONTROLADOR atua como responsável pelo tratamento dos dados pessoais;



O CONTROLADOR realizou contratação de serviços junto ao OPERADOR e que esse ato implica no tratamento de dados pessoais;

O OPERADOR se obriga, desde já, ao cumprimento das cláusulas constantes deste Termo, sem prejuízo das exigências adicionais e/ou complementares constantes do Termo de Referência, e seus anexos, e do respectivo Termo de Contrato, incluindo, também, as exigências do ENCARREGADO pelo tratamento de dados pessoais do CONTROLADOR, em relação à atuação para proteção de dados pessoais; e

O CONTROLADOR, desde já, instrui e autoriza o OPERADOR, através deste Termo, a tratar os dados pessoais da NAV Brasil e de seus respectivos empregados.

DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Salvo definição em contrário expressa neste Termo, os termos e expressões em maiúsculas terão o seguinte significado:

“**ANPD**” significa a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, autarquia federal de natureza especial, que possui atribuições relacionadas à proteção de dados pessoais e da privacidade, e realiza a fiscalização do cumprimento da legislação de proteção de dados;

“**DADOS PESSOAIS DA EMPRESA**” significa qualquer dado pessoal tratado pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR de acordo com ou em conexão com o Termo de Contrato;

“**LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS**” refere-se à LGPD e, quando aplicável, a quaisquer normas, novas ou complementares, de proteção de dados ou privacidade que estejam vigentes, incluindo regras e regulamentos existentes sobre o assunto no ambiente do CONTROLADOR;

“**RIPD**” significa Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, documentação que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD, bem como as medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de tais riscos;

“**SERVIÇOS**” refere-se aos serviços que o CONTROLADOR presta à sociedade brasileira e que serão executados pelo OPERADOR mediante contratação para uma finalidade específica;

“**SUBOPERADOR**” refere-se a qualquer pessoa designada pelo OPERADOR,



ou que aja em seu nome, após ciência e autorização do CONTROLADOR, para tratar dados pessoais em conexão com este Termo;

“**TERMO**” significa este Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais e todos os seus anexos;

“**TRANSFERÊNCIA DE DADOS**” refere-se a:

- (i) Transferência de dados pessoais do CONTROLADOR para o OPERADOR; ou
- (ii) Uma subsequente transferência de dados pessoais pertencentes ao CONTROLADOR e que o OPERADOR, por sua vez, transfere a um SUBOPERADOR, ou entre duas instalações do OPERADOR.

Os termos “DADO”, “OPERADOR”, “TITULAR DOS DADOS”, “TRATAMENTO”, “VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS” e “ENCARREGADO” terão o mesmo significado do constante na LGPD.

OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AO TRATAMENTO DE DADOS

Para o tratamento dos dados pessoais do CONTROLADOR, o OPERADOR se compromete a:

Cumprir toda a legislação de proteção de dados pessoais;

Não tratar, transferir ou ceder, a qualquer SUBOPERADOR, os dados pessoais do CONTROLADOR, ou dos respectivos empregados do CONTROLADOR, sem que seja exigido ou autorizado pelo CONTROLADOR;

Apresentar um processo documentado que detalhe as medidas a serem implementadas para garantir a confiabilidade e o controle de qualquer empregado ou colaborador do OPERADOR, agente ou contratado ou SUBOPERADOR, que possa ter acesso aos dados pessoais do CONTROLADOR, sendo que este documento deverá esclarecer, no mínimo:

1. Como o acesso aos dados pessoais do CONTROLADOR será limitado estritamente àqueles que necessitam conhecê-los e/ou tratá-los;
2. Como esses indivíduos serão obrigados a cumprir deveres de confidencialidade; e
3. Como será garantido que o SUBOPERADOR estará sujeito a este mesmo processo de controle, inclusive, através de



documentação que trate especificamente destas garantias ou documento equivalente.

Notificar prontamente o CONTROLADOR se receber o pedido de revogação de consentimento do titular de dados pessoais;

O pedido não deverá ser respondido até a devida manifestação do CONTROLADOR, exceto mediante instruções já documentadas por este, ou conforme exigido por Leis aplicáveis às quais o OPERADOR esteja sujeito. Neste caso, o OPERADOR, na medida permitida pelas Leis aplicáveis, informará o CONTROLADOR sobre essa exigência legal antes de responder ao pedido.

Auxiliar o CONTROLADOR na implementação de medidas técnicas e organizacionais adequadas para atender aos pedidos de exercício dos direitos do titular, conforme definido pelo CONTROLADOR, em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

MEDIDAS DE SEGURANÇA E GESTÃO DE INCIDENTES

O OPERADOR implementará medidas técnicas e organizacionais apropriadas, visando garantir o nível de segurança adequado ao tratamento de riscos inerentes ao controle dos dados pessoais dos titulares, incluindo as medidas referidas no Capítulo VII da LGPD;

Na avaliação do nível apropriado de segurança, o OPERADOR levará em consideração os riscos apresentados e, em particular, os riscos de uma VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS;

O OPERADOR deverá, após tomar conhecimento de uma violação de dados pessoais que estejam sob a sua tutela, notificar o CONTROLADOR com a maior brevidade possível sobre esta ocorrência, fornecendo ao CONTROLADOR as informações necessárias para permitir que este atenda a qualquer obrigação de notificar ou informar aos titulares dos dados ou à ANPD;

O OPERADOR cooperará com o CONTROLADOR e adotará medidas para auxiliar na investigação, mitigação e remediação de cada violação de dados pessoais;

Em conformidade com a LGPD, o OPERADOR compromete-se a auxiliar o CONTROLADOR na elaboração de RIPD quando solicitado, incluindo o fornecimento de descrições detalhadas dos tipos de dados coletados, a metodologia de coleta e as medidas adotadas para garantir a segurança das informações;



O OPERADOR ajudará o CONTROLADOR nas consultas prévias à ANPD ou outras autoridades competentes relacionadas ao tratamento de dados pessoais conduzido sob este Termo;

O OPERADOR, sem a autorização expressa e formal do CONTROLADOR, não poderá transferir ou autorizar a transferência de dados;

Se os dados pessoais tratados sob este Termo forem transferidos, as PARTES garantirão que os dados pessoais sejam adequadamente protegidos.

No que diz respeito à exclusão ou devolução dos dados pessoais do CONTROLADOR, o OPERADOR deverá excluir e garantir a exclusão de todas as cópias dos referidos dados pessoais e, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de solicitação da exclusão, cessará qualquer serviço que envolva o tratamento destes dados pessoais;

Durante o prazo citado acima, o OPERADOR não está autorizado a realizar qualquer tratamento adicional dos dados pessoais do CONTROLADOR, garantindo sua completa exclusão e impedindo qualquer uso subsequente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O OPERADOR deve disponibilizar ao CONTROLADOR, a pedido, todas as informações necessárias para demonstrar a conformidade com este Termo e permitir auditorias, incluindo inspeções, pelo CONTROLADOR, ou por um auditor nomeado por este, em relação ao tratamento dos dados pessoais do CONTROLADOR pelo OPERADOR, no âmbito do Termo de Contrato;

Os direitos de informação e auditoria do CONTROLADOR, conforme estabelecidos no item 5.1, surgem somente mediante solicitação do CONTROLADOR e estão restritos aos requisitos relevantes da legislação de proteção de dados e ao escopo do presente Termo;

Sobre a confidencialidade e avisos relativos a este Termo:

Confidencialidade: as PARTES deverão manter este Termo e as informações que receberem sobre a outra Parte e seus negócios em confidencialidade, exceto nas seguintes hipóteses:

- a) A divulgação seja exigida por lei; e
- b) A informação relevante já esteja em domínio público.

Avisos: todos os avisos e comunicações dadas sobre este Termo devem ser



feitos por escrito e serão entregues pessoalmente, enviados por e-mail ou por correio para os endereços indicados no início deste Termo, ou para qualquer outro endereço que as PARTES venham a indicar por comunicação escrita.

Este Termo é regido pela legislação de proteção de dados, conforme descrito no item 2.1.3;

Para qualquer conflito surgido entre este Termo e Termo de Contrato, prevalece o previsto no Termo de Contrato;

Casos omissos poderão ser tratados com o CONTROLADOR na assinatura do Termo de Contrato e/ou em reuniões periódicas, conforme modelo de governança definido entre as PARTES; e

Para qualquer disputa surgida em conexão com este Termo em que as PARTES não possam resolver amigavelmente, será submetida ao foro eleito no Termo de Contrato firmado; e

Assim, por estarem as PARTES justas e acordadas, lavram e assinam o presente Termo para um só efeito, o qual após de lido e achado conforme perante duas testemunhas a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Rio de Janeiro, data vide assinatura eletrônica

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO
CPF nº [NÚMERO]
Presidente da NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Diretor de [INDICAR] da NAV BRASIL

Página 51 de 72



SDMMO202601165



Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>

SIGA 

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Testemunha pela NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Testemunha pela [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]



Anexo IV – Modelo de Termo de Confidencialidade e Sigilo**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

Pelo presente instrumento, a empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO], com sede à [ENDEREÇO], doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, representada por [NOME COMPLETO], [QUALIFICAÇÃO E FUNÇÃO NA EMPRESA] inscrito(a) no CPF sob o nº [NÚMERO], tem por compromisso manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., situada na Av. General Justo, 160, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.021-130, doravante denominada NAV Brasil, nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “Know how”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2. Toda Propriedade de Informação que for divulgada oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de confidencialidade se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A LICITANTE/CONTRATADA se compromete perante a NAV Brasil a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação:



2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela NAV Brasil à LICITANTE/CONTRATADA, será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 A LICITANTE/CONTRATADA tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da LICITANTE/CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao presente processo de contratação, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da NAV Brasil, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente termo de confidencialidade, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do objeto desta contratação.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução do objeto desta contratação, sem a prévia autorização, por escrito, da NAV Brasil.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA, a qual utilizará do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância, em observância ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela NAV Brasil, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida à NAV Brasil, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente informado à NAV Brasil.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a LICITANTE/CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à NAV Brasil, a qual tomará as providências cabíveis.

3.5 A LICITANTE/CONTRATADA declara conhecimento sobre as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO



4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem:

4.1.1 Informações cuja divulgação já tenha chegado ao domínio público ou que cheguem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da LICITANTE/CONTRATADA;

4.1.2 Informações cuja divulgação tenha sido previamente autorizada, por escrito, pela NAV Brasil;

4.1.3 Informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a LICITANTE/CONTRATADA a comunicar à NAV Brasil no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da feitura ou recebimento do pedido;

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração estabelecido para a consecução do objeto desta contratação, assinado entre as partes.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo não liberará a LICITANTE/CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida.



8.3 A LICITANTE/CONTRATADA, a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensinará quaisquer direitos de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente termo de confidencialidade deve ser mantido em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da NAV Brasil.

9.3 O presente termo representa o completo entendimento e confidencialidade das partes, substituindo qualquer negócio, confidencialidade, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Rio de Janeiro, [DIA] de [MÊS] de 202X.

Assinatura do representante legal da LICITANTE/CONTRATADA



SDMMO202601165

Anexo V – Modelo de Proposta de Preços
PROPOSTA DE PREÇO

À NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A (Adm. Central)
 Av. General Justo, 160, Centro
 Rio de Janeiro – RJ
 CEP 20.021-130
 Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/202__

PRODUTO	DESCRIÇÃO	UND. DE MEDIDA	QTDE. (anual)	QTDE (36 meses)	VALOR (anual)	VALOR (36 meses)
1	Serviço de assessoria para elaboração de Relatório Anual de Gestão do Patrocínio	Relatório	1	3		
2	2.1. Serviço especializado de assessoria para elaboração de Relatório do impacto de propostas de políticas de gestão de pessoas e acordos coletivos de trabalho sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar que a empresa patrocina	Relatório	--	1		
	2.2. Serviço especializado de assessoria para elaboração de Relatório com manifestação anual sobre a evolução dos benefícios a empregados pelos instrumentos de concessões dos benefícios e acordos coletivos de trabalho, principalmente quanto ao impacto sobre a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar e o impacto no pós-emprego dos planos de previdência complementar patrocinados e do plano de saúde	Relatório	1	3		
3	Serviço de assessoria para elaboração de Pareceres atuariais referentes à Gestão do Patrocínio sobre assuntos que poderão impactar a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de previdência complementar	Parecer	2	6		



- I) O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.
- II) O prazo de vigência será de acordo com o estipulado no Termo de Referência e/ou Minuta de Termo de Contrato.
- III) Declaro que esta empresa está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- IV) Declaro que esta empresa está ciente das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e do local de execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº xxx/20xx, bem como assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com esse órgão.
- V) Declaro que nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxx de 202X.

Assinatura do representante legal da LICITANTE/CONTRATADA



SDMMO202601165

Anexo VI – Modelo de Ordem de Serviço

ORDEN DE SERVIÇO Nº XX/202X

Comunicamos que a CONTRATADA está autorizada a iniciar os serviços objeto do TERMO DE CONTRATO Nº XXXXX, assinado em XX de XXXXXX de 202X, conforme estabelecido a seguir:

1 – OBJETO CONTRATADO/SERVIÇO A EXECUTAR

XXXXX

2 – DEPENDÊNCIA/LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

XXXX

3 – PRAZO DE VIGÊNCIA

XXXX

4 – PREÇO TOTAL DO CONTRATO

R\$ XXXX (XXXX reais).

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – O período de medição dos produtos gerados pelo Termo de Contrato deve ocorrer a partir da emissão das respectivas ordens de serviço;

5.2 – A nota fiscal deve ser emitida conforme as informações contidas no item de Recebimento e Aceitação do Objeto do Termo de Referência nº 001/PEPS/2025;

5.3 – O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e dos produtos gerados, conforme item 22 do Termo de Referência. O fiscal deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo, ao setor competente para o processamento do pagamento.

5.4 – A subcontratação ainda que parcial dos serviços objeto da presente ordem de serviço constitui motivo para rescisão contratual.

Rio de Janeiro, XX de XXXXX de 2026.

Assinatura do Responsável pela emissão da Ordem de Serviço

Página **59** de **72**



Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>

SIGA 

Anexo VII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito, anexo ao contrato, que define, de forma compreensível e verificável, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Para tanto, utiliza-se um sistema de pontuação, que permite a medição objetiva do desempenho da Contratada, o qual é aplicado ao final de cada ciclo de pagamento, garantindo que a remuneração da empresa reflita diretamente a qualidade dos produtos entregues.

1.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante, como forma de promover o incentivo à excelência e garantindo a transparência, eficiência e a responsabilização entre as partes envolvidas no contrato.

1.4. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

1.5. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.6. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, reiterada ou não, aplicar as penalidades previstas em contrato, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

2. PROCEDIMENTOS

2.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será estabelecido e utilizado entre as partes para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada, baseando-se em indicadores e metas nele definidos.

2.2. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores de desempenho.

2.3. O IMR será implementado a partir da emissão da ordem de serviço de cada produto, com acompanhamento da execução dos serviços prestados pela comissão de fiscalização do contrato e atuação junto ao preposto da Contratada.



SDMMO202601165

2.4. Identificadas irregularidades na prestação dos serviços, o fiscal do contrato notificará a Contratada para que solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

2.5. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

2.6. Constatada a irregularidade passível de notificação por escrito, o fiscal do contrato preencherá termo de notificação relatando a ocorrência, hora, dia, mês e ano, assim como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhará à autoridade competente para as providências necessárias.

2.7. O termo de notificação será imediatamente apresentado à Contratada, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

2.8. A Contratada poderá apresentar formalmente justificativas para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, com as devidas evidências, para análise e decisão da autoridade competente, que poderá aceitar os esclarecimentos apresentados, desde que comprovada que a ocorrência foi resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa (fortuito externo).

2.9. No ato da apresentação da fatura para ateste e pagamento, o fiscal do contrato informará à Contratada o resultado da avaliação do serviço por meio do IMR, que deverá ser assinado pelas partes.

2.10. A Contratada emitirá nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no IMR assinado pelas partes.

2.11. Para cada pagamento, o fiscal do contrato juntará à fatura os termos de notificação e o IMR produzidos no período.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

3.1. A avaliação será realizada mediante verificação de ocorrências pelo fiscal do contrato durante a execução dos serviços, sendo atribuído um ponto a cada ocorrência, conforme MÓDULO 1 – INDICADOR DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS a seguir:



MÓDULO 1 – INDICADOR DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Aferição: condicionada à verificação do fiscal do contrato, que detalhará a ocorrência	
Ocorrências a serem observadas:	
<ol style="list-style-type: none"> 1- Apresentar os Relatórios, objeto do contrato, com parâmetros inferiores aos definidos no Termo de Referência; 2- Apresentar os Relatórios sem conter as informações mínimas exigidas no Termo de Referência; 3- Entregar documentação obrigatória incompleta ou entregá-la em data posterior à estipulada no Termo de Referência ou no contrato; 4- Deixar de apresentar, quando solicitado pela Contratante, a documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e relacionada à qualificação técnico-profissional exigida no Termo de Referência; 5- Deixar de cumprir totalmente ou cumprir de forma parcial as determinações e/ou notificações encaminhadas pela Contratante; 6- Deixar de cumprir qualquer dos prazos estipulados no Termo de Referência; 7- Deixar de cumprir quaisquer dos itens ou obrigações do Edital e de seus Anexos não previstos nesta tabela, inclusive os previstos no Termo de Referência relacionados à execução do objeto contratual. 	
Observações:	
<ol style="list-style-type: none"> 1- A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica, contando o dia do envio como o dia da efetiva notificação; 2- Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data; e 3- As medições não precisam ser realizadas em conjunto, pois dependem de demandas individuais da Administração, com momentos de execução, resultado e pagamento distintos entre si. 	

4. DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

4.1. O sistema de pontuação é formado pela quantidade de ocorrências registradas pela fiscalização e/ou pelo gestor do contrato, por produto, e destina-se a definir o fator de ajuste de pagamento.

4.2. A pontuação será apurada com base em 05 (cinco) níveis de graduação para os produtos, atribuindo-se, a cada nível, um fator de ajuste, conforme a quantidade de ocorrências por produto, de acordo com a tabela FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO abaixo:

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO		
Faixas de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
0 a 2 ocorrências	100% do valor previsto	1,00
3 a 4 ocorrências	95% do valor previsto	0,95

Página 62 de 72



Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>

SIGA

5 a 6 ocorrências	90% do valor previsto	0,90
7 a 8 ocorrências	85% do valor previsto	0,85
Acima de 8 ocorrências	80% do valor previsto	0,80
Valor Mensal do contrato		R\$
Quantidade Total de Ocorrências		0
Valor devido na fatura mensal = (Valor previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)		R\$
Observações:		
1- As ocorrências deverão ser totalizadas por produto.		
2- Os pagamentos devidos, relativos a cada produto, devem ser ajustados pela incidência de ocorrências totais do serviço, conforme tabela e fórmula apresentada.		

4.3. As pontuações definidas para ajuste de pagamento não isentarão a Contratada das sanções previstas no Termo de Referência ou no Termo de Contrato.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A e a empresa_____, CNPJ nº_____e é parte integrante do contrato decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº_____/202_, celebrado para prestação de serviços de elaboração de Relatórios de Gestão do Patrocínio, de Relatório de avaliação da economicidade de manutenção do patrocínio e de Documentos e pareceres atuariais sobre demais assuntos que poderão impactar a previdência complementar de planos de benefícios previdenciários patrocinados pela NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. e subsidiária e administrados pelo Infraprev.

5.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência.

5.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 202 ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA



Anexo VIII - Matriz de Riscos

1.1 Os riscos suportados pelo Contratante e pela Contratada constam no quadro a seguir:

ANÁLISE DE RISCOS									
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO			TRATAMENTO	
Id	FASE	ORIGEM	RISCO	DANO	PROBABILIDADE (P)	IMPACTO (I)	NÍVEL DO RISCO (P) x (I)	AÇÕES DE MITIGAÇÃO	RESPONSABILIDADE
R1	Planejamento	Interna	Elaboração inadequada do termo de referência quanto à especificação do objeto	Fragilidade na detecção de riscos relevantes; execução contratual com baixo padrão de qualidade	Média 3	Médio 3	9	Revisão do termo de referência	Contratante
R2	Planejamento	Interna	Falta de recursos financeiros para o cumprimento das obrigações contratuais	Interrupção dos serviços; aumento do passivo jurídico	Muito Baixa 1	Alta 4	4	Verificar no setor financeiro se há disponibilidade orçamentária/financeira para a contratação e previsão no mapa estratégico do exercício	Contratante
R3	Planejamento	Interna	Elementos da minuta do contrato não estarem claros	Dilatação do prazo de atendimento contratual, perda da qualidade dos serviços	Baixa 2	Alta 4	8	Revisão da minuta do contrato e reunião preliminar com a Contratada para os esclarecimentos necessários	Contratante



R4	Planejamento	Interna	Questionamentos quanto às exigências, legais e legítimas, mas não usuais, contidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos	Atraso na execução do objeto	Muito Baixa 1	Médio 3	3	Inclusão de referência aos dispositivos legais que fundamentam a utilização de exigências não usuais e que tem o maior risco de questionamentos	Contratante
R5	Seleção de fornecedores	Interna	Contratação de empresa sem a devida qualificação técnica	Execução contratual com baixo padrão de qualidade; conclusões imprecisas	Baixa 2	Alta 4	8	Análise criteriosa dos documentos de habilitação	Contratante
R6	Seleção de fornecedores	Interna	Ausência de empresas interessadas (licitação deserta)	Atraso ou paralisação do procedimento de contratação	Baixa 2	Alta 4	8	Avaliação de aplicabilidade do procedimento do art. 29, inciso III, da Lei 13.303/2016 (dispensa de licitação) e/ou reavaliação das especificações da contratação no termo de referência	Contratante
R7	Seleção de fornecedores	Interna	Licitação fracassada	Paralisação do procedimento de contratação	Baixa 2	Alta 4	8	Revisar critério de habilitação	Contratante
R8	Gestão Contratual	Externa	Atraso no início da execução do objeto	Execução das atividades em exercício posterior ao previsto	Muito Baixa 1	Baixa 2	2	Acompanhamento dos prazos e aplicação das penalidades contratuais	Contratante e Contratada



R9	Gestão Contratual	Externa	Atraso na conclusão de etapas definidas no cronograma	Fragilidade na detecção de riscos relevantes; atraso na entrega dos relatórios	Média 3	Muito Alta 5	15	Pela NAV Brasil: (i) validar o cronograma inicial com marcos intermediários claramente definidos; (ii) estabelecer ponto focal único e fluxo interno para resposta às demandas da contratada; (iii) monitorar periodicamente o andamento dos trabalhos, com registros formais; e (iv) planejar e comunicar antecipadamente demandas extraordinárias que possam impactar prazos. Pela CONTRATADA: (i) apresentar cronograma detalhado e factível, com identificação de etapas críticas; (ii) antecipar solicitações de dados e informações necessárias à execução dos relatórios; (iii) manter equipe técnica adequada e disponível nos períodos críticos; e (iv) comunicar imediatamente a identificação de qualquer risco de atraso	Contratante e Contratada
----	-------------------	---------	---	--	---------	--------------	----	--	--------------------------



R10	Gestão Contratual	Externa	Falhas e inconsistências na execução do objeto do contrato	Reanálise e reexecução do serviço; execução contratual com baixo padrão de qualidade; atraso nas entregas; interrupção dos serviços	Média 3	Muito Alta 5	15	Acompanhamento da execução do objeto do contrato; recusa do objeto e solicitação de ajustes; aplicação de penalidades	Contratante e Contratada
R11	Gestão Contratual	Externa	Execução dos serviços fora das especificações estabelecidas no Termo de Referência	Execução contratual com qualidade inadequada (relatórios incompletos ou sem respaldo técnico); interrupção dos serviços	Baixa 2	Muito Alta 5	10	Reforçar orientações na reunião preliminar; acompanhamento da execução do objeto do contrato; recusa do objeto e solicitação de ajustes; aplicação de penalidades	Contratante e Contratada
R12	Gestão Contratual	Externa	Risco Inerente: a complexidade técnica da base de dados e das premissas atuariais pode resultar em avaliações imprecisas ou distorcidas.	Produtos baseados em premissas equivocadas, com comprometimento da base técnica para ações corretivas, revisões de política previdenciária e avaliação de passivos futuros	Baixa 2	Muito Alta 5	10	Verificar a realização de revisão dos serviços por profissional sênior conforme previsto no Termo de Referência	Contratante e Contratada



R13	Gestão Contratual	Externa	Atraso, insuficiência ou baixa qualidade das informações e bases de dados fornecidas pelo Infraprev	Comprometimento da qualidade técnica dos relatórios; necessidade de retrabalho; atraso nas entregas; fragilização da base técnica para decisões e avaliações de risco	Média 3	Muito Alta 5	15	Estabelecer fluxo formal de solicitação de informações; definir prazos internos para resposta; registrar e comunicar formalmente inconsistências identificadas; prever reprogramação de prazos ou adoção de premissas alternativas devidamente justificadas	Contratante
R14	Gestão Contratual	Externa	Risco de Controle: a qualidade da análise está relacionada à integridade e confiabilidade dos dados fornecidos pela EFPC	Dados inconsistentes ou incompletos; perda de validade técnica do produto.	Baixa 2	Muito Alta 5	10	Verificar a realização de revisão dos serviços por profissional sênior conforme previsto no Termo de Referência	Contratante e Contratada
R15	Gestão Contratual	Externa	Risco de Detecção: ausência de detecção de distorções relevantes por falhas metodológicas ou insuficiência técnica.	Ausência de identificação de desvios relevantes que podem ocultar desequilíbrios atuariais	Média 3	Muito Alta 5	15	Verificar a realização de revisão dos serviços por profissional sênior conforme previsto no Termo de Referência	Contratante e Contratada
R16	Gestão Contratual	Externa	Substituição de profissional-chave sem anuência da Contratante	Redução da qualidade dos serviços prestados; atraso na execução do objeto.	Média 3	Alta 4	12	Exigir avaliação curricular do novo profissional-chave e aplicar penalidade contratual	Contratante e Contratada



R17	Gestão Contratual	Externa	Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto do contrato	Interrupção ou atraso na execução das atividades; geração de custos adicionais	Baixa 2	Alta 4	8	Verificar necessidade de revisão contratual	Contratante e Contratada
R18	Gestão Contratual	Externa	Falhas de segurança da informação	Publicidade de informações confidenciais; problemas de integridade, confidencialidade e autenticidade; danos reputacionais	Média 3	Muito Alta 5	15	Verificar cumprimento das cláusulas referentes à LGPD e avaliar necessidade de ajustes de cláusulas contratuais; aplicar sanções contratuais	Contratante e Contratada
R19	Gestão Contratual	Externa	Utilização de software ou ferramenta sem licença pela Contratada	Prejuízo à confidencialidade de informações sensíveis; danos reputacionais pela percepção de descuido com práticas ilícitas	Média 3	Muito Alta 5	15	Exigir declaração formal de licitude de softwares utilizados	Contratante e Contratada
R20	Gestão Contratual	Externa	Atraso na execução do objeto por falha de planejamento, gestão ou dimensionamento inadequado da equipe da Contratada	Atraso nas entregas; descumprimento de prazos contratuais; aplicação de penalidades	Média 3	Alta 4	12	A Contratada deverá assegurar adequado planejamento, alocação e gestão de sua equipe técnica, compatível com o cronograma e a natureza das atividades, bem como adotar medidas preventivas para evitar atrasos	Contratada



R21	Gestão Contratual	Interna	Falha na fiscalização contratual	Perda da qualidade dos serviços; fragilidade na detecção de riscos relevantes	Baixa 2	Muito Alta 5	10	Realizar capacitações periódicas da equipe de fiscalização contratual	Contratante
R22	Gestão Contratual	Interna	Ausência de procedimentos e instrumentos (modelos, checklists, sistemas) para auxiliar na fiscalização contratual	Não detecção de descumprimento contratual; execução contratual com baixo padrão de qualidade	Média 3	Alta 4	12	Realizar benchmarking com outros órgãos para verificar boas práticas; sistematizar os instrumentos de verificação (checklists, formulários, planilhas e documentos eletrônicos) de forma a assegurar um acompanhamento e fiscalização mais eficiente e eficaz	Contratante



1.2 Os pesos da possibilidade de ocorrência de um evento, probabilidade, e do efeito resultante desse evento, impacto, foram graduados de acordo com as tabelas a seguir:

Escala de Probabilidade		
Peso	Probabilidade	Descrição da Probabilidade
1	Muito Baixa	Improvável. Evento pode ocorrer em situações excepcionais, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.
2	Baixa	Rara. Evento pode ocorrer em algum momento, de forma inesperada ou casual, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.
3	Média	Possível. Evento pode ocorrer em algum momento, de alguma forma, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.
4	Alta	Provável. Evento provavelmente ocorrerá, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.
5	Muito Alta	Praticamente certa. Evento esperado que ocorra, pois as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.

Escala de Impacto		
Peso	Impacto	Descrição do Impacto
1	Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos do processo.
2	Baixo	Impacto mínimo nos objetivos do processo.
3	Médio	Moderado impacto nos objetivos do processo, porém, recuperável.
4	Alto	Significativo impacto nos objetivos do processo, de difícil reversão.
5	Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos do processo, de forma irreversível.



1.3 A Matriz de Riscos adotada pela NAV Brasil classifica os resultados da combinação das escalas de probabilidade e impacto, conforme quadro a seguir:

MATRIZ DE RISCOS						
IMPACTO	Muito alto	5	10	15	20	25
	Alto	4	8	12	16	20
	Médio	3	6	9	12	15
	Baixo	2	4	6	8	10
	Muito baixo	1	2	3	4	5
	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	
	PROBABILIDADE					

Nível de Risco (Probabilidade x Impacto)		
1 a 3	Risco Pequeno	Verde
4 a 6	Risco Moderado	Amarelo
8 a 12	Risco Alto	Laranja
15 a 25	Risco Crítico	Vermelho





Autenticado digitalmente por FERNANDA SANTOS PEREIRA.
Documento Nº: 564548.3408534-5756 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=564548.3408534-5756>



SDMMO202601165